

PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO ARCAICO DO PORTUGUÊS

Rosa Virgínia MATTOS E SILVA (Universidade Federal da Bahia)

ABSTRACT: Extralinguistic factors have been used in Portuguese Philology to determine the limits of the period known as Old Portuguese. In this article, I use data available in both the philological bibliography and more recent linguistic studies of Old Portuguese to determine the chronological limits of linguistic markers (phonic, morphic and syntactic) concerning the above-mentioned period. This is a tentative work, since establishing a more precise chronology of Old Portuguese linguistic features would require a more systematic study of these or other markers, based on a homogeneous corpus.

1. Problemática preliminar

Como qualquer taxionomia, a classificação de períodos ou fases de uma língua no seu processo de constituição histórica será sempre, por natureza, arbitrária, já que dependerá dos critérios adotados pelo taxionomista. A tentativa de estabelecer períodos determináveis na história do português não poderá fugir a essa preliminar, como também nela estará enredada a delimitação do chamado período arcaico ou antigo da língua portuguesa.

Da forma seguinte problematiza a questão Carolina Micaëlis de Vasconcelos que, no começo deste século, com Leite de Vasconcelos (1959:16 e 121-123), fez propostas de periodizações que até hoje perduram, como veremos. Diz a referida e ilustríssima filóloga e vale, creio, ouvi-la neste fim de século, em "lição" proferida em 1911:

"O período arcaico prolonga-se até 1500 ou mesmo além dessa data. A língua não fica de modo algum inalterada. Bastantes dos fenômenos que a distinguem desaparecem *depois de 1350*, outros perduram ainda um século; vários subsistem até o século XVI... Em geral pode, contudo, dizer-se que o português

moderno começa no tempo da Renascença, depois de alguns humanistas, - guiando-se pelos gramáticos latinos, - haverem comparado sistematicamente as formas portuguesas com as latinas, escolhendo entre as variantes da mesma palavra que eram usuais, as mais consentâneas com o gênio da língua. Não se cifra só nisso a atividade de Fernão de Oliveira e João de Barros... Claro que os limites entre os dois períodos são vagos, e que houve uma época de transição... 'uma língua não nasce em dia e hora certa', nem evoluciona num momento de um estado a outro. Algumas transformações realizam-se muito devagar, outras muito depressa" (1956:19, grifos meus).

Selecionei essa citação, mesmo que longa, porque nela se encontram reunidas duas questões fundamentais na questão maior da definição/delimitação do período histórico do português já representado pela escrita, que são: a subperiodização desse período e o seu limite final.

O limite inicial do primeiro período histórico do português, contudo, é punctualmente marcado pelo surgimento de documentos escritos em português, não mais em latim: à volta de 1200 é a data que se tem proposto como *terminus a quo* do período arcaico. Até meados deste século XX, acredita-se que se situam nos fins do século XII os primeiros documentos jurídicos escritos em português. Na década de sessenta, a questão foi revista e seu estado atual afirma que o primeiro documento é datado, indubitavelmente, de 1214, o *Testamento de Afonso II*, acompanhado pela *Notícia do Torto*, rascunho escrito entre 1210-1216. Aqueles documentos considerados anteriores a esses foram demonstrados como falsificações realizadas em data mais recente (Costa, 1979).

Claro que é essa uma questão que pode ser reaberta, desde que surjam novos testemunhos, não impossíveis de reaparecerem em buscas em arquivos a serem realizadas ainda com mais rigor e, também, porque se pode afirmar, pelo estudo grafemático das duas cópias remanescentes, como o faz Ivo Castro que:

"O *Testamento* não foi a estréia absoluta do português escrito e que, na corte, já anteriormente, se escrevia em português" (1991:212).

QUADRO 1

AUTORES	L. DE VASC.	C.M. DE VASC.	L. CINTRA	P. CUESTA	P. TEYSSIER
LIMITES CRONO-LÓGICOS	S. ALI	S. S. NETO	L. CASTRO et al.		
	L. COUT.	A. HAUY			
	M. CÂM.				
	F. TARAL				
1200 a 1350	PORTU- GUÊS ARCAICO	PERÍODO TROVA- DORES CO	PORTU- GUÊS ANTIGO	GALEGO- PORTU- GUÊS	GALEGO- PORTU- GUÊS
1200 a 1385/1420 1350 ao início do séc. XVI 1350 a 1536/1540	OU ANTIGO	PROSA NACIONAL	PORTU- GUÊS MÉDIO	PORTU- GUÊS PRÉ- CLÁS- SICO	FORMA- ÇÃO DO PORTU- GUÊS CLÁSSI CO
1350 a Camões	PERÍODO CLÁSSICO OU MODERNO				

Observando-se o quadro 1 acima, em que reuni propostas de periodização para o período arcaico de doze especialistas, filólogos e/ou linguistas, verifica-se que se justificam os destaques que fiz da citação de C. M. Vasconcelos. Nestas classificações sobressaem-se:

- a. o limite final do período arcaico oscila entre o início do século XVI e Camões, ou seja, a publicação de "Os Lusíadas";

- b. a subperiodização do período arcaico também não é consensual: há os que não a enfatizam, embora reconheçam que há um processo de "desarcaização" a partir de 1350; há os que definem a primeira fase até essa data, e é a maioria, e os que avançam essa primeira fase até 1385 ou mesmo 1420.

Não conheço nenhuma periodização para a história do português que se fundamente, sistematicamente, em estudos seriados de dados lingüísticos, que possibilitem seguir a cronologia relativa desses dados, permitindo afirmar, com base em frequências, o maior uso, o menor e, por fim, o seu desuso.

Contudo, os que construíram essas propostas não as fizeram em vão cego: todos são estudiosos do período (é verdade que alguns repetem mestres que os antecederam e explicitam isso) e dentre eles destacaria como especialistas no português arcaico e também quinhentista, Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Serafim da Silva Neto, Lindley Cintra, Paul Teyssier e Ivo Castro.

Nesse conjunto de classificações diferenciadas, quero ressaltar dois aspectos que considero significativos:

1. Há aquelas classificações que se fundamentam, explicitamente, no tipo de produção literária predominante: é o caso de Michaëlis e seus seguidores (período trovadoresco/ prosa nacional); é também o que se percebe na proposta de Pilar Cuesta (1961) (galego-português/português clássico) que, no entanto, já traz entrecruzada à periodização apenas diacrônica uma questão diatópica histórica de grande significação: a documentação remanescente até a volta de meados do século XIV não permite distinguir a produção galega da portuguesa. P. Teyssier (1982) defende, com clareza, que a documentação desse tempo representa a unidade lingüística que abrange as áreas tanto ao norte como ao sul do rio Minho, sendo o *Cancioneiro medieval profano e religioso* o melhor representante dessa realidade lingüística. Não é sem razão que esse numeroso conjunto de poemas é denominado de "lírica galego ou galaico-portuguesa". Recentemente, M. Clarinda Maia (1986), estudando as relações grafemáticas e fônicas, a partir de documentação não-literária - 186 documentos -, datada do século XIII ao XVI, demonstra que os documentos produzidos ao norte do Minho e no Portugal setentrional apresentam evidências indicadoras de uma unidade original e o subsequente processo de diferenciação no correr do

tempo.

2. Diria ainda que as classificações que seguem Leite de Vasconcelos (1959) e também que seguem Lindley Cintra (Castro et alií, 1988 e 1991) procuram afastar-se do condicionamento da produção literária, fundamentando-se antes em fatos da história externa, que, naturalmente, pesaram no contexto sociolinguístico em que a língua se atualizava. Não é sem razão sócio-histórica e cultural que Lindley Cintra escolhe 1385 como uma data significativa: fatos históricos e culturais importantes para a história da língua ocorreram então, depois da batalha de Aljubarrota e da subida ao poder da dinastia de Avis, que dominará o Portugal pré-expansão ultramarina, dos fins do século XIV aos fins do século XV. Não é também sem razões do mesmo tipo que tanto um como outro - L. de Vasconcelos e L. Cintra - e seus seguidores escolheram o ano de 1536, como um momento novo na história do português: o início da normatização gramatical, que depurará a escrita das variações da voz e que desencadeará o percurso da língua portuguesa como língua de ensino, sem prejuízo, é claro, do ensino em latim, tradição medieval que perdurará até o século XVIII.

Resta ainda fazer um esclarecimento que me parece necessário: a classificação que rotulo como de P. Teyssier não está explícita na sua sintética, porém renovadora, *História da Língua Portuguesa*, mas pode ser inferida, e foi o que fiz, a partir do que apresenta às págs. 21, 34 e 66. Esse autor inclusive explícita a dificuldade de periodizar a história do português: "... trata-se, em verdade, de um problema muito complexo" (1982:36).

Para finalizar este item, considero oportuno tomar uma posição em face da problemática exposta, que, de resto, já explicitiei em outro trabalho (1991:20): para que se chegue a determinar, com rigor e com base em fatos linguísticos, o limite último do período arcaico e sua provável subdivisão, faz-se necessário ainda que se tome ou retome a documentação remanescente desse período com o objetivo de nela buscar as respostas para tais questões. Enquanto isso não esteja feito, considero que se pode aceitar, como hipótese a ser trabalhada, seguindo Leite de Vasconcelos e Lindley Cintra, que o período arcaico se inicia com os primeiros documentos em português e que, muitas de suas características se estendem até, pelo menos, 1536/1540, datas dos inícios da normatização da língua. Além disso, a proposta de uma fase comum galego-portuguesa deve ser trabalhada, com base na análise

lingüística sistemática, ainda por fazer, dos dados fornecidos pelo *Cancioneiro medieval* e, continuando a trilha aberta por Clarinda Maia (1986), deve-se verificar o problema em *corpus* semelhante ao seu, mas que se concentre em documentação escrita, no mesmo período, na área do português meridional, sugestão que não é minha, mas da própria autora.

A seguir procurarei caracterizar o período arcaico, a partir de fatos lingüísticos selecionados e, ao mesmo tempo, tentarei, do que se dispõe, situá-los no tempo em que se tem delimitado esse período.

2. Caracterizando o período arcaico

2.1. Fatos fônicos e morfo-fônicos selecionados pela tradição filológica como caracterizadores do período

Como sabemos, a tradição filológica, representada pelas gramáticas históricas, manuais de filologia, estudos dispersos de filólogos, muitos acompanhando edições de textos do período arcaico, concentrou-se no estudo histórico do português no nível gráfico-fônico, a partir da análise, em geral, mas nem sempre (Cintra, 1959 e 1963 e Maia, 1986) assistemática da grafia. Também se concentrou na morfologia, sobretudo verbal. Dessa bibliografia se depreendem alguns fatos, que são recorrentes, nos tipos de obras referidas, como caracterizadores da documentação do período arcaico. Não é, portanto, sem razão que, em sínteses recentes, como a de P. Teyssier (1982) e a de Castro et alii (1991), também no meu estudo sobre a fonologia do português arcaico (1991), esses fatos sejam retomados quando se procura definir esse período ou quando se perseguem, a partir da documentação remanescente, mudanças então em curso. Tomarei neste item para uma primeira caracterização do português arcaico dois fatos fônicos (A e B), que identificam o período arcaico em oposição ao moderno e que se refletem na grafia dos manuscritos e três fatos morfo-fônicos (C, D e E), também com reflexos seguros na grafia.

A. Hiatos e seu subsequente desaparecimento

Observados os seguintes conjuntos de dados, com hiatos resultantes de queda de consoantes, verificam-se diferentes processos fônicos que vieram a desfazê-los: crase (a), epêntese de consoante nasal (b), epêntese de semivogal (c):

- (a) arc. *maa, paaço, pee, leer, cruu, coor, sãã* > mod. *ler, cru, cor, sã* (< lat. *mala, palatiu, pede, legere, crudu, colore, sana*).
- (b) arc. *galã, viõ, ãa* . mod. *galinha, vinho, uma* (< lat. *gallina, vimu, una*).
- (c) arc. *tea, são, frão* > mod. *teia, seio, freio* (< lat. *tela, simu, fremu*).

A grafia das vogais em contacto, depois da síncope da consoante etimológica intermediária, mantém-se até fins do século XV e mesmo no XVI e, em parte, reflete mudanças fônicas que estavam em curso e se definem nos fins do período arcaico, mas há, contudo, indícios para identificá-las como em processo desde o século XIII. Com exceção dos hiatos de (c), que terão começado a se desfazer no início do século XVI (Teyssier, 1982:41 e Castro et alii, 1991:246), os outros podem ser rastreados, desde antes, por indicações da variação gráfica: a arcaizante em recuo e a modernizante que avança. E ainda por estudos de métrica e rima (Mattos e Silva, 1991:64-67).

Por esse fato fônico pode-se dizer que no período arcaico esses hiatos são característicos e se desfazem por processos diversos ao longo do período e pelos inícios do século XVI.

B. O sistema de quatro sibilantes

O sistema de sibilantes - duas, surda e sonora, africadas, depois predorsodentais fricativas e mais duas ápico-alveolares fricativas, provenientes de étimos específicos - cf. (a) e (b):

- (a) /ts/ > /s/ (< lat. /t̃i/, /k̃i/, /d̃i/, /k^E, I /)
- paço, faço, ouço, cidade, cem* (< lat. *palatiu, facio, audio, civitate, centum*).
- /dz/ > /z/ (< lat. /t̃i/, /k̃i/, /k^E, I /)
- prezar, juízo, azedo, dizes* (< lat. *pretiare, judiciu, acetu, dicis*).

- (b) /ʃ/ (< lat. /s-/ , /-ss- /)
- sem, passo*, (< lat. *sine, passum*).

/z/ (< lat. /-s- /)

rosa, causa (< lat. *rosa, causa*).

está refletido na grafia em que < C^E, I, Ç^A, O, U > representam /ts/ > /s/; < z > representa /dz/ > /z/; < s-, -ss- > representam /ʃ/ e < -s- >

representa / z /, por todo o período arcaico.

"As grafias são sempre coerentes até os inícios do século XVI", diz Teyssier (1982:50), embora "incoerências" já comecem a ser retratadas em documentos escritos, à volta de Lisboa, como demonstrou Lindley Cintra (1963:73-75), nos fins do século XIII.

Apesar disso, em 1536, Fernão de Oliveira ainda descreve claramente as quatro sibilantes, sem chamar a atenção para "incoerências" gráficas e sem destacar que são regionalismo, como o faz em outros casos. Já em 1574, Gândavo critica as "letras que se costumão muitas vezes trocar huas por outras... c, s, z" (Teyssier, 1982:50-51 e nota 31), e explicita as distinções das quatro sibilantes, defendendo-as, talvez por ser do Norte de Portugal, onde, mais para o extremo Nordeste, até hoje o sistema arcaico se mantém.

Desse fato fônico refletido na grafia se pode depreender que até fins do século XVI dominava no português padrão o sistema que é hoje relíquia em aldeias trasmontanas isoladas.

C. O ditongo nasal final / ãũ /

Até o século XIV, e a documentação por mim analisada da versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório* bem o representa (Mattos e Silva, 1991:74-76), a grafia <ão> correspondia ao étimo <anu> (*mão* < lat. *māni*), enquanto <an> e <on> correspondiam, regular e respectivamente, a <ane, ant> e a <one, unt> (*pan, aman* < lat. *pane, amant*; *coraçom, amarom* < lat. *coratione, amaverunt*), o que indica que <an> e <on> não representavam o ditongo / ãũ /. Embora já no século XIII, no *Cancioneiro galego-português* despontem rimas de <ão> com <an>, a tradição filológica afirma que só nos fins do século XV, tanto <ão> como <an e on> são grafias para o ditongo nasal. P. Teyssier não vacila: "o estado da língua moderna nesse ponto já estava definido por volta de 1500" (1982:46).

Tem-se aqui mais um fato que desponta pelo século XIII ou XIV, como prefere Lindley Cintra (1963:75-77), que bem caracteriza o período arcaico e que se resolve pelos inícios do séc. XVI, pelo menos no dialeto padrão, já que os gramáticos da época consideram /õ/, característica regional de Entre-Douro e Minho (Maia, 1986:604). Note-se que, nessa área, em variantes regionais o ditongo nasal final é /

/ õũ / e não / ãũ / (Mattos e Silva, 1991:75-76 e Teyssier, 1982:47).

D. Os morfemas número-pessoais da 2ª pessoa do plural:

< -des >, < -de >

Provenientes do latim <tis> e <te>, os morfemas <des, de> se mantêm firmes até as primeiras décadas do século XV, quando já não ocorrem no *Leal Conselheiro* de D. Duarte, exceto em citações (Russo, 1942:18-19). Como confirmação desse dado, posso informar que na versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório*, da 2ª metade do século XIV, ocorrem, ainda sem exceção, <des> (31 oc.) e <de> (40 oc.).

É essa uma característica forte da primeira fase do período arcaico e se prolonga pelo século XV, em processo de desaparecimento. Já em 1500, na *Carta* de Pero Vaz de Caminha, não ocorre:

(1) Aly *verjees* galantes pintados de preto e vermelho e quartejados (F7, 11).

Ainda, contudo, aparece como caracterizador de personagens idosos e femininos em Gil Vicente (sua obra situa-se entre 1502 e 1536). Valendo-se disso, Castro et alii joga com esse fato de forma elegante e bem-humorada no seu recente *Curso de história da língua portuguesa*:

"Para efeitos de periodização, podemos dizer que o português clássico começou quando morreram os últimos falantes que diziam *olhade, queredes* ou *cobride*. E eles morreram com Gil Vicente" (1991:247).

E. A vogal temática < u > dos participios passados dos verbos regulares da 2ª conjugação

Outra característica que marca o período arcaico é o <udo>, participio passado dos verbos regulares da 2ª conjugação, cuja vogal temática é substituída por <i>, tal como a dos verbos da 3ª. Na versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório* só ocorre <udo> (101 oc.); já na versão de 1416 da mesma obra ocorre <ido> (65 oc.); no *Leal*

Conselheiro, da 3ª década do séc. XV, <udo> aparece apenas com os verbos *creer* e *ter* (Russo 1942:19); não aparece mais na 2ª metade do século XV (Cepeda, 1964:82) e a *Carta de Caminha*, de 1500, só apresenta <ido>. Segundo J. M. Piel, "um dos últimos exemplos conhecidos ocorre em Gil Vicente", na peça *Juiz da Beira*: "E o trigo era creçudo" (1989:239 e nota 61).

Portanto <udo>, caracterizador forte da documentação mais recuada, não mais ocorre nos fins do século XV e aparece certamente como marcador estilístico em Gil Vicente. Remanesce hoje, em formas residuais, em nominais derivados de *ter*: *teúdo*, *manteúdo*, *conteúdo*.

Esse primeiro conjunto de dados trazidos à consideração, que são, tradicionalmente, tomados como caracterizadores do período arcaico, estão documentados, em descenso, é certo, uns até fins do séc. XV e com resíduos até a primeira metade do XVI (D, E); outros se definem nos inícios do séc. XVI (A, C) e, por fim, (B), até fins desse século.

2.2. Fatos morfossintáticos e sintáticos indicadores significativos para uma caracterização do período arcaico

Na tradição filológica não encontraremos dados organizados ou organizáveis que permitam uma cronologia para fatos morfossintáticos e sintáticos caracterizadores do período arcaico, já que esses estudos se concentram, como antes foi dito, nos níveis gráfico-fônicos e morfológicos, muito freqüentemente também em aspectos do léxico. Aqui me basearei em estudos específicos, embora não existam muitos, sobre alguns fatos, mas que permitem pôr em destaque aspectos morfossintáticos e sintáticos próprios ao período em foco.

Selecionei para isso: o sistema dos dêiticos demonstrativos, locativos adverbiais e anafóricos (A); conjunções típicas do período arcaico (B); *ser* e *estar*, *haver* e *ter* (C); ausência e emergência do tempo composto (D); alguns dados sobre a ordem (E).

A. Dêiticos demonstrativos, locativos adverbiais e anafóricos

Será tratado interrelacionadamente esse conjunto de fatos, já que sua história está interligada. Utilizarei os dados analisados para os séculos XIV, XV e XVI por P. Teyssier em artigo de 1981. Nele o autor observou e interpretou um *corpus* representativo para os séculos

referidos: a versão mais antiga dos *Diálogos de São Gregório* (séc. XIV), a *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes (2ª década do século XV), e a obra de Gil Vicente (entre 1502 e 1536). Trabalhou com 2.193, 766 e 3.126 ocorrências, respectivamente, para as três sincronias.

Aproveito aqui a representação de P. Teyssier para os sistemas analisados, conjugando seus quadros (1981:36-38), com algumas outras informações retiradas de seus quadros de ocorrências (1981:9-10, 17-18, 26), para, em seguida, desenvolver algumas considerações diacrônicas sobre esse aspecto da morfossintaxe e sintaxe, no período arcaico.

QUADRO 2
SÉC. XIV

	DÊITICOS			ANAFÓRICOS
	P1	P2	P3	
DEMONSTRATIVOS	este aqueste esto~(isto) (aquesto) (aquistó)	(esse) (aquesse) (esso)~(isso) (aquesso)	_____ aquele ~ aquele _____ aquele ~ (aquilo)	
LOCATIVOS	aqui (acá) (acó)		ali (alá) (aló)	ende ~ en hi

QUADRO 3
SÉC. XV

	DÊITICOS			ANAFÓRICOS
	P1	P2	P3	
DEMONSTRATIVOS	este (aqueste) esto ~ isto	(esse) _____ (esso) ~ (isso)	_____ aquele ~ aquele aquele ~ aquilo	
LOCATIVOS	aquí cá		ali lá aló	hi

QUADRO 4

Séc. XVI

	DÊITICOS			ANAFÓRICOS
	P1	P2	P3	
DEMONSTRATIVOS	este (aqueste) isto	esse (aquesse) isso	aquele aquilo	∅
LOCATIVOS	aqui	ai ~ hi	ali	
	cá	lá (acolá) ~ (escolá)		

OBS: Entre parênteses, formas pouco frequentes. As formas passíveis de flexão de gênero e número estão apresentadas no masculino singular.

Do século XIV para o XVI o sistema de dêiticos demonstrativos sofre simplificações quanto à sua morfologia e uma reestruturação no seu conjunto. Dos demonstrativos tradicionalmente chamados de "reforçados" - *aqueste, aquesto* ~ *aquisto, aquesse, aquesso*, já no séc. XIV o único que tem ocorrência alta é *aqueste*, que parece ter sido uma forma enfática de *este*. O aparecimento de *aquesse* no quadro do século XVI deve-se a uma ocorrência em Gil Vicente; não ocorreu, contudo, em Fernão Lopes. Outra observação quanto à morfologia, refere-se às formas metafonizadas (*isto, isso, aquisto, aquilo*), raras no séc. XIV e as únicas em Gil Vicente.

Quanto à reestruturação do sistema antes referida, depreendeu Teyssier que até o século XV não há uma oposição clara entre os demonstrativos de P1 e P2 - *este, esse* - e defende que o sistema seria basicamente binário, o que já não ocorre no séc. XVI, quando se define *esse* como dêitico referente ao campo mostrativo de P2.

Quanto ao sistema dos dêiticos locativos, no século XIV há uma oposição binária entre os locativos - *aqui, acá, acó*, referindo-se a P1 e os locativos *ali, alá, aló*, embora só tenham frequência alta *aqui* : *ali*. No século XV, a oposição binária continua, *acá, acó, alá* não mais ocorrem, sendo *aló* rara. No século XVI se define uma oposição ternária, como ocorreu com os dêiticos demonstrativos - *aqui* : *ai ~ hi* : *ali*. *Ai ~ hi* refere-se a P2; é, na sua origem, o anafórico *hi* que se

paradigmatiza seguindo a forma de *aqui* e *ali*, ou seja, *ai*. A par desse sistema ternário de base *-i*, define-se um sistema binário de base *-a*: *cá* : *lá* : o primeiro de referência punctual (P1, P2, e P3, respectivamente), o segundo extensivo e próprio para expressar o deslocamento de posição.

Os anafóricos eram fortes no período mais recuado do português e nas palavras de Teyssier (1981:17) "constituem no português medieval um microsistema bem comparável ao do francês *y* e *en*". Tem *hi* sempre "sentido local" e *ende* ~ *en*, sentido também local, mas é frequentemente de "emprego abstrato" (1981:15 e 16), podendo ocorrer ambos na mesma frase, como, por exemplo:

- (2) E todos aqueles beschos que na horta andavan e as verças comian partiron-se do horto e nunca *ende hi* huu ficou (DSG 1.21.6)

(Port. mod.: "E todos aqueles bichos que na horta andavam e comiam as verças partiram-se e não ficou *ai* nem um só deles").

No século XV *ende/en* só ocorrem no composto *porende, poren*, etimologicamente *por isso*, permanecendo o anafórico *hi*. Em Gil Vicente *hi* ~ *ai* ocorre apenas como dêitico no sistema ternário - *aqui, ai* ~ *hi, ali*. Portanto não é mais usado no tempo de Gil Vicente o microsistema anafórico.

Em síntese, do séc. XIV para o XVI, o sistema de dêiticos demonstrativos de binário passa a ternário; o sistema dos dêiticos locativos de binário passa a apresentar dois subsistemas, um ternário e outro binário e os anafóricos, fortes no séc. XIV, já tinham deixado de ser usados na primeira metade do XVI.

B. Conjunções típicas do período arcaico

Apresentam-se então extremamente diversificadas as possibilidades dessa classe de palavras, não só pelo polimorfismo como pela polissemia; decorrendo disso, algumas delas podem expressar mais de uma relação semântica. Em recente monografia, T. Barreto (1992) faz um estudo conjunto desse tema, com base em *corpus* constituído de documentação do século XIII até 1546 (*Foro Real, Diálogo de São Gregório, Demanda do Santo Graal, Crônica de d. Pedro* e nos dois diálogos de João de Barros). Examinando um conjunto de 3.158

enunciados, define 127 itens conjuncionais diferentes. Mais recentemente, T. Barreto e S. R. Olinda pesquisaram as conjunções na *Carta*, de Caminha, de 1500 e chegaram às seguintes conclusões sobre esse documento, em relação aos antes analisados por T. Barreto:

"É marcante na *Carta*: 1. raro uso de *ca*; 2. a ausência de *pois* etimológico (isto é, temporal); 3. a ausência de *pero* e *porém* com o sentido explicativo etimológico; 4. a não ocorrência das conjunções *mais pero*, *ergo*, *macar que*, *que* (condicional e modal), *para se*, *para que*, *en/de/per guisa que*, *segundo que*, *segundo como*, *almeos que*, *entre que*, *cada que*, *ao tempo que*, *sol que*, o que ratifica a afirmação (Barreto, 1992) de que esses itens conjuncionais caíram em desuso nos séculos XIV ou XV".

Aqui me deterei no percurso histórico - do séc. XIII ao XVI - de dois pares de conjunções: *pero* e *porém*, com base nos estudos de Barreto e em artigo meu (1984) e *ca* e *pois*, com base na dissertação de S. R. Olinda (1991).

***Pero* e *porém*:**

Ambas são etimologicamente equivalentes a *por isso* (< lat. *per hoc* e *per inde*), e podem ser classificadas como "explicativas"; adquirem ambas, contudo, em momentos diferentes da história do português o valor "adversativo".

Seguem exemplos desses itens nos *Diálogos de São Gregório*, do séc. XIV, texto que representa o momento em que os dois itens ocorriam com as duas acepções, a etimológica e a adversativa:

(3) Achô-os andar na fogueira e non queimou o fogo os seus corpos e *pero*, porque os achou andando e ante foron legados, entendemos que o fogo queimou aquelas cousas (DSG 3.19.13) (*pero* = por isso)

(4) E porque se non achegou a seu marido senon como a outro homen qualquer, *porende* caeu en pecado mortal (DSG 1.24.8) (*porende* = por isso)

- (5) Toda aquela mengua se tornaria en avonança e *poren* non avian de ser tristes (DSG 2.2.15) (*poren* = por isso)
- (6) - Ide e por amor de Deus dade-lhi que cómia e que beva, *pero* sabe Deus que morto he (DSG 1.18.12) (*pero* = mas)

Pero deixa de ocorrer no sentido etimológico do século XIV para o XV e vem a desaparecer com o valor adversativo na 2ª metade do século XVI, como demonstram os dados de *Os Lusíadas*, saindo do rol das conjunções modernas. Ressalte-se que a perda do valor etimológico de *porém* coincide cronologicamente com o desuso de *ende/en* anafórico (pelo século XV), o que permite afirmar:

"É exatamente quando *ende* e sua variante apocopada *en*, anafóricos correntes com valor de *isso*, *disso* nos séculos XIII-XV, começam a deixar de ser usados na língua, que *porende/poren* adquire o valor de adversativa... o desuso de *en* e *ende* pode ter interferido na perda da consciência pelos falantes da composição etimológica de *porende/porem*" (Mattos e Silva, 1984:148).

Ca e pois:

É na acepção explicativa que a história de *ca* (< lat. *guia*) e *pois* (< lat. *post*) se entrelaçam no período arcaico. *Ca* é polissêmico (integrante, variando com *que*, 2º termo da comparação variando com *que* e *do que* e explicativa, variando com *pois*, que, etimologicamente, é temporal).

Seguem exemplos de *ca* explicativo e de *pois* explicativo e temporal nos *Diálogos de São Gregório*, texto em que as duas acepções de *pois* ocorrem:

- (7) Padre, aqueste por que me tu rogas vejo eu que non he monge, *ca* o seu coraçõ junto anda com os enmiigos do linhagem d'Adam (DSG 1.5.61) (*ca* = pois)
- (8) E sa madre o soia a trazer mal porende, *ca* dizia que non era guisado que, *pois* ele pobre era, as vestiduras que tragia desse a outros pobres e ficasse desnuaado (DSG 1.22.8) (*ca* e *pois* =

pois, porque)

- (9) E *pois* se levantou da oraçon achou a alfaia que emprestaron a sa ama sãã e salva come se nunca fosse britada (DSG 2.1.32-33) (*pois* = quando, depois que)

A propósito do percurso entrelaçado dessas duas conjunções no período arcaico, conclui S. R. Olinda, ao examinar o que revelaram, nos seus contextos, 722 ocorrências de *ca*, 350 de *pois*, 79 de *pois que* e 343 de *depois / depois que* em documentos do século XIII ao XVI (*Cantigas de Santa Maria, Foro Real, Diálogos de São Gregório*, versão A e B, *Crônica de d. Pedro, Vida de Santos, Vida e paixão dos apóstolos, Imitação de Cristo, Diálogos em louvor de nossa linguagem e Os Lusíadas*):

"a alta frequência de *ca* explicativo nos séc. XIII-XIV; o uso pouco frequente de *pois* explicativo em relação a *ca* nos séculos XIII-XIV; o equilíbrio no uso de *ca / pois* no séc. XV; a alta frequência de *pois* temporal nos séculos XIII-XIV; o desaparecimento de *pois* temporal no séc. XV; o avanço de *depois que* temporal (substituindo o *pois* temporal) no séc. XV; o desaparecimento de *ca* no séc. XVI em todas as suas acepções" (Olinda, 1991:78).

Em síntese e reunindo as informações anteriores: *pero* já não aparece na acepção que mais perdurou, a adversativa, em *Os Lusíadas*; *ca*, em qualquer de seus usos, também nele não ocorre, entretanto até meados do século XVI, tanto uma como outra ainda ocorrem. Por outro lado, desaparecem mais cedo: *pois / pois que* (XIV), *pero* (XIV-XV), *porende / porén* (XV-XVI), nas suas acepções etimológicas.

C. *Ser e estar, haver e ter*

Os verbos *ser e estar, haver e ter* e outros verbos a esses correlatos (como *existir, jazer, andar, ficar, mãer, permanecer* e compostos de *ter*) têm histórias interrelacionadas no período arcaico, que esbocei em capítulo de um pequeno livro ainda inédito (1992) e que pretendo desenvolver em projeto já iniciado. Aqui reúno, resumindo, alguns dados já divulgados em trabalhos meus preliminares (1986, 1987, 1991) e na dissertação de M. S. Sepúlveda Netto (1989). Considerarei

apenas *ser* e *estar* em estruturas atributivas e *haver* e *ter* em estruturas possessivas.

Ser e estar:

A oposição que fazemos entre esses verbos, que pode ser semanticamente descrita como sendo *ser*, predicador que expressa "propriedades de individuais" e *estar*, predicador que expressa "propriedades de manifestações temporalmente limitadas de individuais" (Mateus et alii, 1983:138) não estava ainda definida no período arcaico. De maneira mais simples designarei daqui por diante essa oposição como a expressão de "atributos permanentes" vs. "atributos transitórios", respectivamente.

Considerando nessa análise, de maneira genérica, que tanto os atributos permanentes como os transitórios podem ser descritivos e locativos, podemos afirmar que, no período arcaico, *ser* era o verbo típico para a expressão de atributos permanentes (descritivos e locativos) e que, para os atributos transitórios (descritivos e locativos), tanto *ser* como *estar* podiam ser selecionados, quando hoje só selecionamos *estar*.

Os exemplos seguintes mostram, em contextos análogos, tanto *ser* como *estar*:

Locativo transitório:

- (10) Dementre no mmdo era (DSG 2.1.4)
 (11) Cousas que derredor estavan (DSG 3.1.9)

Descritivo transitório:

- (12) As sas duas irmãs que eran mui coitadas pola sa morte veeron ao bispo (DSG 1.29.7)
 (13) Estando huu dia seu padre e os fisicos mui coitados con eles, disse-lhis o bispo (DSG 4.10.56)

As análises das ocorrências de *ser* e *estar* e verbos correlatos como *jazer* e *andar*, considerando, inclusive, sub grupos semânticos nos atributos transitivos e permanentes, em documento extenso do século

XIV (os DSG), informam, em síntese, que: *ser* predominava nas locativas e nas descritivas em geral. Contudo, já aí, *estar* predominava nas locativas transitórias, em relação às descritivas transitórias (70.7% : 29.3%). Esses dados permitiram levantar a hipótese de que a marca [+ transitório], expressa por *estar*, se firmou primeiro nas atributivas locativas que nas descritivas (Mattos e Silva, 1986 e 1991).

Observando dados da 2ª década do século XV (*Crônica de d. Pedro*, de F. Lopes), M. S. Sepúlveda Netto depreendeu que a oposição aí ainda não estava firmada, mas continuava a crescer a seleção de *estar* mais nos locativos transitórios que nos descritivos transitórios (loc. trans.: *ser* 26.2% e *estar* 73.8%; descr. trans.: *ser* 77.8% e *estar* 22.2%). Considerando, em seguida, dados de 1540 (*Diálogos de viciosa vergonha*, de João de Barros) verificou que, um século depois, a oposição estava definida e que primeiro se definira nos locativos transitórios.

Em estudo recente, a mesma autora (1992), examinando a *Carta*, de Caminha, anterior de quase meio século a João de Barros, verifica dados que não desconfirmaram as suas conclusões anteriores: no início do século XVI a oposição ainda não estava definida, mas *ser* não mais ocorre nas descritivas transitórias e *estar* é predominante na expressão do locativo transitório.

Com esses novos dados, confrontados com os anteriores, pode-se dizer que a oposição *ser* : *estar* (permanente : transitório) se definiu na 1ª metade do século XVI.

Haver e ter:

No período arcaico *haver* era, no princípio, o verbo típico, ou seja, o mais usual, nas estruturas de posse. Ocorria com complemento de qualquer valor semântico - bens materiais adquiríveis (a), qualidades adquiríveis (b), qualidades intrínsecas, portanto não adquiríveis (c). Do séc. XIV para o XV, pode-se observar que *ter* só ocorria comutando com *haver* com atributos do tipo a e, menos frequentemente, do tipo b; na primeira metade do séc. XV aparece *ter* nos três tipos de frase, sendo ainda *haver* o mais freqüente; já na segunda metade do mesmo século se evidencia o recesso de *haver* e o avanço de *ter* com os três tipos de atributo (Mattos e Silva, 1987 e 1991).

Exemplos dos itens lexicais selecionados, nos três tipos de atributos no século XIV, cf. os dados dos *Diálogos de São Gregório*:

- (a) *haver* ~ *ter*:
haver pan, remedio, horta, bispado, logares, morada, casa, ovelha, etc.
ter cireos, espada, cavalo, logares, carneiro, etc
- (b) preferencialmente *haver*:
haver fê, graça, poder, poderio, vontade, etc.
- (c) sempre *haver*:
haver barvas, ceguidade, enfermidade, cinqüenta anos, etc.

Na 2ª metade do século XV já encontramos: (a): *haver* / *ter* cousas; (b): *haver* / *ter* paz; (c): *haver* / *ter* oolhos.

Dessa análise, com base em dados recolhidos nos DSG (XIV), *Lenda do rei Rodrigo* e *Crônica de d. Pedro* (1ª metade do XV) e *Imitação do Cristo* (2ª metade do XV), pôde-se inferir que *haver* / *ter* em estruturas de posse variaram, como descrito acima, no português arcaico, mas já na 2ª metade do século XV predominava *ter* e não *haver* nas três possibilidades indicadas. Verificou-se ainda que a difusão de *ter*, que excluirá depois *haver* dessas estruturas, parte dos contextos do tipo (a), para os de tipo (b) e, por fim, atinge os de tipo (c).

D. Ausência e emergência do tempo composto

Os tempos compostos - *haver* ou *ter* seguidos de participípio passado (PP) - só se generalizam a partir do momento em que o PP deixa de ser flexionado, em concordância com o seu complemento; portanto, ainda o PP comportando-se como adjetivo. Enquanto essa concordância ocorre, há uma construção frasal que põe em evidência um estado de posse, expresso por *haver* ou *ter*, conteúdo semântico desses dois verbos, como vimos, ainda não gramaticalizados como auxiliares em estruturas com PP.

Os exemplos seguintes, um dos DSG (s. XIV) e outro da *Crônica de d. Pedro* (2ª década do século XV) mostram a estrutura acima definida:

- (14) *todos los bees que mh' á feitos* (DSG 4.32.8)

(15) *os serviços que avian feitos a seu padre* (CDP 1.50)

Nesses dois textos não há exceção quanto à concordância do PP. Em outros documentos da primeira metade do século XV a variação quanto à concordância do PP já ocorre. No exemplo seguinte, da *Lenda do rei Rodrigo*, em um mesmo enunciado, as duas possibilidades estão documentadas (Mattos e Silva, 1981, 1991):

(16) E non sabedes vós quanto *afam e trabalho avedes tomado* e quantas *espadadas e seetadas havedes levadas* (LRR X.13-14)

Evidências desse tipo levam a afirmar que a difusão da estrutura própria ao tempo composto se situa na primeira metade do séc. XV. Vale também ressaltar que estruturas desse tipo com PP de verbo intransitivo vão sendo implementadas do século XV para o XVI, como demonstraram Naro e Lemle (1977). Note-se, contudo, que já no *Cancioneiro medieval*, a par das estruturas com concordância, portanto com PP transitivo, já ocorrem também aquelas de verbo intransitivo. Encontrei informações sobre isso em Huber (1933/1986: §§408 e 416). Esse fato indica que a questão em foco deve ser analisada em textos mais recuados, e está em nossa meta no projeto a que anteriormente fiz referência. De posse dessa informação de Huber, fiz um levantamento preliminar na antologia da lírica galego-portuguesa de Gonçalves e Ramos e encontrei confirmação para o que Huber (1933:290 e 291) indica, em dois poemas de d. Dinis, séc. XIII-XIV:

(17) E diss' : "Oimais non é nada
de fiar per namorado
nunca mulher namorada,
pois que mi o meu *á errado*"

(18) E sabedes novas do meu amigo
aquele que mentiu do que
mi *á jurado!*
Ai Deus, e u é?

A questão da emergência dos tempos compostos, aqui esboçada, precisa que se analisem novos dados do período arcaico para que possam ser considerados aspectos desse problema ainda não resolvidos.

E. Alguns dados sobre a ordem

Apresentarei algumas observações sobre a ordem dos constituintes no interior da frase e sobre a posição dos clíticos.

Sobre a ordem dos constituintes tomarei como base os dados por mim descritos no corpus trecentista dos *DSG* (1989). Tanto Huber na sua *Gramática do português antigo* (1933/1986: §§451-453) como Pádua (1960), em seu estudo sobre frases de verbo transitivo nesse período, afirmam que a ordem "normal" no período arcaico é a SVC; destacam também as outras possibilidades de ordenação dos constituintes (SCV, VSC, VCS, CVS, CSV). Examinando uma amostra de 1277 frases do *corpus* do *DSG*, que inclui orações afirmativas, principais, negativas, interrogativas e subordinadas, com verbos transitivos, intransitivos, existenciais e cópula, isto é, verbos com e sem complementos, reuni os dados que podem ser assim sintetizados, na sua ordem de frequência:

TABELA 1

Ordem	(S)V(C)	(S) CV	(C)VS	CSV	VSC	VCS	T
N	768	278	102	85	31	13	1277
%	60	22	8	7	2	1	100

Nessa tabela, o sujeito entre parênteses (S) indica que pode estar marcado na flexão verbal; (C) entre parênteses indica que aí estão incluídos verbos com o seu complemento.

Dos fatos depreendidos farei aqui, apenas, os seguintes destaques. Para maiores detalhes remeto aos meus trabalhos de 1989 e 1992.

Tal como Huber e Pádua afirmaram, SVC é, sem dúvida, a ordem mais usual; 22% de (S) C V se devem às relativas, em que o complemento é o relativo, e às frases subordinadas em que o complemento clítico está sempre adjunto ao subordinante. Os 7% de C S V também se devem ao relativo, senão se nivelaria com V S C e V C S. Com isso quero dizer que, em relação à S V C, a frequência das outras possibilidades é baixa. Além disso, como observação primeira,

destaca-se a predominância do sujeito marcado na flexão verbal.

Considerando apenas as afirmativas principais, total de 247, há 199 ocorrências da ordem S V C e 48 de sujeito posposto, em geral junto ao verbo. Desses casos de posposição, 34 são de verbos com um único argumento. Favorece a posposição, sobretudo, a presença de advérbiais (advérbios, sintagmas preposicionados, sentenças) e também verbos do tipo "dicendi":

(19) *Assi temian todas as bestas a agua* (DSG 1.2.38)

(20) *E pela sa vinda entenderon os homees que...* (DSG 3.12.27)

(21) *Con tanta pazeença sofre ela esta enfermidade* (DSG 4.13.13)

(22) *Diremos nós ora, padre, que ...* (DSG 1.4.6)

O deslocamento para a primeira posição do complemento, representado por sintagma nominal (C V (S)), adquire destaque estilístico e pode ser retomado pelo clítico:

(23) *E todo o contrario fez a escritura* (DSG 3.34.22)

(24) *Maravilhosas son estas cousas* (DSG 3.6.19)

(25) *E o poderio, tolheron-mh'o* (DSG 3.2.26)

O verbo na última posição não é frequente, exceto quando o complemento é o relativo e a ele se segue o sujeito:

(26) *Vertudes que os homens en este mundo fizeram* (DSG 1.1.32)

Nas interrogativas iniciadas pelo interrogativo, o sujeito pode preceder ou suceder o verbo (27) e (28) e nas interrogativas sem o pronome o sujeito está posposto sempre, com exceção de um caso, em que parece estar implicada na pergunta uma certeza (29). Como nas afirmativas, o sujeito marcado na flexão verbal é o mais corrente também nas interrogativas:

- (27) - *En que são eu culpado?* (DSG 1.6.6)
- (28) - *Que he o que eu figi?* (DSG 1.6.5)
- (29) - *Eu non ti dissí ontem que se nos logo non fossemos hoje non nos poderíamos ir?* (DSG 1.6.5)

A ordem dos constituintes na sentença, em documentação representativa do período arcaico precisa ainda ser pesquisada e é o que vem desenvolvendo J. Ribeiro, tanto para esse período (1992a), como para os inícios do século XVI. De seu recente trabalho (1992b), sobre a ordem na *Carta*, de Caminha, depreendi algumas informações que podem ser confrontadas com o que descrevi para o século XIV:

A autora assume que a ordem básica é S V C; do total das sentenças analisadas há 64% de estruturas de sujeito nulo; em estruturas de sujeito posposto, precedem o verbo elementos adverbiais, como vimos ocorrer no séc. XIV:

- (30) - *e entan tornouse o capitam aagua do rio*
(CPVC F6v, 134-35)
- (31) - *com isto se volveo bertolameu diiz ao capitão*
(CPVC F6v, 127-28)
- (32) - *e depois aouve o capitam* (CPVC F7, 135-36)
- (33) *aly folgou ele e todos nos outros* (CPVC F4v, 132-33)

Até que trabalho mais abrangente sobre a ordem nessa fase histórica venha a ser feito - e I. Ribeiro tem isso como seu projeto de pesquisa, em andamento - poder-se-ia dizer, pelo menos, que, em linhas gerais, a ordem do período arcaico continua, provavelmente, nos inícios do século XVI.

Sobre a posição dos clíticos, tomarei como base os dados do *corpus* dos DSG, a partir de uma amostra de 489 frases (1989 e 1992) e os dados analisados por T. Lobo (1990) no *Fabulário português* ou *Livro de Esopo*, 1ª metade do séc. XV, que confirmam os do século anterior. Assim as seguintes características gerais podem ser propostas para o séc. XIV e primeira metade do XV:

A *próclise* é regra categórica nas subordinadas e, nelas, é geral, o clítico adjacente ao elemento subordinante (relativo, integrante, conjunções subordinativas), podendo interpor-se entre clítico e verbo constituintes de vários tipos:

(34) *Ate que Ihi* a alma saisse do corpo (DSG 4.12.13)

(35) Graça *que Ihi* Deus ante dera (DSG 1.17.16)

(36) ...de seu cavalo *de que o* primeiramente derribaron (DSG 1.2.44-45)

A *próclise* também é categórica em qualquer oração negativa: nas subordinadas o clítico continua adjacente ao subordinante, nas outras sucede a negação; quando, nas subordinadas, vem outro constituinte além da negação e o clítico, este fica contíguo ou ao subordinante ou ao verbo:

(37) Mandou *que o non* dissesen (DSG 1.17.22)

(38) - Tu *non te* partirás (DSG 1.4.6)

(39) Recebeu o seu *que se* primeiramente *non* pudera mudar (DSG 1.2.47)

(40) Creer o *que pelos* olhos *non se* pode veer (DSG 4.4.63)

A *ênclise* é categórica quando o verbo está em posição inicial absoluta:

(41) - Ide-vos a boa ventura (DSG 1.2.44-45)

A *ênclise* ou a *próclise* ocorrem - se o verbo não está em posição inicial absoluta, o clítico fica contíguo ao verbo, antes ou depois dele:

(42) O seu homen *Ihi disse* (DSG 1.8.25)

(43) Naturalmente *leixou-se* sô si (DSG 2.3.51)

Nas coordenadas há predomínio da *ênclise*: com *e*, *mais* e *pero*, sempre *ênclise* (44); se entre o coordenante e o verbo ocorrem outros

constituintes, a próclise predomina e o pronome fica contíguo ao verbo, mas não exclusivamente (45) e (46); com a conjunção *ca*, classificada tradicionalmente como coordenante, ocorre sempre a próclise, como nas subordinadas, mas, não necessariamente, o clítico fica contíguo ao *ca* (47) e (48):

(44) *Mais rogo-te* que me digas (DSG 1.2.31)

(45) *E pero* eles o apregoaron (DSG 1.17.26)

(46) E todos *nos* este ventre come (ex. do Fabulário)

(47) *Ca* o leixava San Beento (DSG 1.1.33)

(48) *Ca* a fe *nos* faz crer (DSG 4.4.61)

Nos gerúndios a ênclise é constante (49), exceto nas negativas; quando o gerúndio é precedido de preposição, também o infinitivo, tanto ênclise como próclise ocorrem (50) e (51):

(49) E *leixando-a* sobrela mesa (DSG 2.1.29-33)

(50) Para *apaga-lo*, tanto se mais acendia (DSG 1.12.5)

(51) Pera *a servir* (DSG 3.16.12)

A ênclise, a próclise ou a mesóclise podem ocorrer com os verbos nas formas de futuro. A regra categórica da próclise para as subordinadas é aplicada; em posição inicial absoluta, com o verbo nessas formas, ocorre a ênclise ou a mesóclise; estando o verbo não em inicial absoluta e nas coordenadas as três possibilidades ocorrem.

Tais dados indicam que a presença das formas de futuro não é suficiente para a mesóclise e nos *corpora* considerados é baixa a frequência do clítico intra verbal.

Em síntese, a possibilidade de posição variável do clítico é maior do que as regras categóricas de colocação, que são: a ênclise quando o verbo está em posição inicial absoluta, a próclise nas negativas e nas subordinadas, quando então o clítico fica adjacente ao subordinante e, entre ele e o verbo, podem estar interpostos constituintes de vários

tipos: *em português não existem os verbos absolutos e pronominais absolutos, a clíse e a próclise são obrigatórias em 99% das ocorrências em português*

No momento, T. Lobo trabalha, seguindo metodologia variacionista, sobre a posição dos clíticos em um *corpus* de cartas de meados do século XVI (1524-1662). Dos seus dados apenas pinçamos que continua a próclise nas negativas e nas subordinadas, mas já há alta frequência do clítico não-adjacente ao subordinante; continua categórica a ênclise, quando o verbo está em posição inicial absoluta.

3. Síntese final

Os dados aqui reunidos, recolhidos na tradição filológica (2.1) e em estudos recentes sobre morfossintaxe e sintaxe do período arcaico (2.2), apresentam uma tentativa de caracterização desse período e do seu limite final, na história da língua portuguesa.

Os fatos lingüísticos tomados como indicadores próprios a esse período revelam, como pode ser visualizado no gráfico seguinte, o que no começo deste século dizia Carolina Michaëlis de Vasconcelos na citação que abriu este estudo:

"... uma língua não nasce em dia e hora certa, nem evoluciona num momento de um estado a outro. Algumas transformações realizam-se devagar; outras muito depressa".

Ainda revelam que os periodizadores considerados (1), baseados em fatos da história literária e/ou da história externa, não estão destituídos de razão, por não serem consensuais quanto ao limite final do período arcaico (cf. *Quadro 1*).

O gráfico-síntese seguinte demonstra que poucas das características analisadas se estendem até a 2ª metade do século XVI; a maioria alcança o século XVI; outras se estendem, em descenso, até meados daquele século; outras não ultrapassam a 1ª metade do século XV e, por fim, há as que desaparecem nos fins do século XIV. As reticências seguidas de interrogação neste gráfico indicam que documentação posterior ao fim da linha continua deve ser ainda analisada e o tracejado indica que o fato ainda está documentado, mas já com evidências inexpressivas.

Cabe discutir, é certo, se as características selecionadas são

adequadas à meta a que me propus. Delas, todavia, possuía dados organizados ou organizáveis sobre os quais pude fundamentar este estudo. Resta afirmar que, para uma definição/delimitação rigorosa do período arcaico, faz-se necessário, ainda, um estudo sobre um *corpus* único, cronologicamente seriado, sobre o qual se analisariam esses fatos ou esses e outros ou outros.

GRÁFICO-SÍNTESE:

SÉCULOS	s. XIII	s. XIV	s. XV		s. XVI	
			1º m	2º m	1º m	2º m
FATOS LINGÜÍSTICOS						
hiatos desfeitos						
sistema de 4 sibilantes						
definição do ditongo nasal final						
morfemas <i>-des, -de</i>						
VT /u/ de PP						
sistema binário: dêiticos demonstr.						
sistema binário: dêiticos locativos						
anafóricos: <i>ende / en / hi</i>						
conjunções arcaicas:						
<i>pero</i> expl.						
<i>pero</i> advers.						
<i>porém</i> expl.						
<i>pois</i> temp.						
<i>ca</i> expl.						
<i>ser ~ estar</i>						
<i>haver ~ ter</i>						
ausência de tempo composto						
ordem dos constituintes na frase						
regras categóricas de posição dos clíticos						

(Recebido em 20/12/1993)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, T. (1992) Conjunções: aspectos de sua constituição e CML - funcionamento na história do português. Dissertação de Mestrado, UFBA. Mimeo.
- BARRETO, T. e OLINDA, S.R. (1992) Perseguindo as conjunções. *Estudos Linguísticos e Literários*, 13. Salvador - UFBA (a sair no 2º semestre).
- CASTRO, I. et ali. (1988) Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel. Lisboa, Instituto de Linguística da Faculdade de Letras. Mimeo.
- _____. (1991) *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa, Universidade Aberta.
- CEPEDA, I. (1962) *A linguagem da "Imitação de Cristo"*. Lisboa, C.E.F.
- CINTRA, L. F. L. (1959) *A linguagem dos "Foros de Castelo Rodrigo"*. Lisboa, C.E.F.
- _____. (1963) Les anciens textes non-littéraires. Classement et bibliographie. *Revue de Linguistique Romane*, 27:40-58. Paris.
- COSTA, A. J. de (1979) Os mais antigos documentos escritos em português; revisão de um problema histórico-lingüístico. *Revista Portuguesa de História*, 17:263-340. Coimbra.
- CUESTA, P. V. e M.A.M. LUZ (1961) *Gramática portuguesa*. Madrid, Gredos.
- GONÇALVES, E. & M.A. RAMOS (1983) *A lírica galego-portuguesa; textos escolhidos*. Lisboa, Editorial Comunicação.
- HAUY, A. (1989) *História da língua portuguesa (sécs. XII, XIII e XIV)*. S. Paulo, Ática (Série Fundamentos).
- HUBER, J. (1933) *Gramática do português antigo*. Lisboa, Gulbenkian. (ed. de 1986)
- LIMA COUTINHO, I. (1976) *Fatos de gramática histórica*. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- LOBO, T. (1990) A colocação dos pronomes átonos: um estudo comparativo. Comunicação ao VI Encontro Nacional da Ass. Portuguesa de Linguística. Mimeo.
- MAIA, M. C. (1986) *História do galego-português; estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao XVI* (com referência ao galego moderno). Coimbra, INIC.
- MATEUS et ALII (1983) *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra, Almedina
- MATTOS E SILVA, R. V. (1981) Um aspecto do auxiliar no português arcaico. *Tulane Studies in Romance Languages and*

- Litteratures*, 10:93-109. Tulane.
- ____ (1984) "Pero" e "porém": mudanças em curso na fase arcaica da língua portuguesa. *Boletim de Filologia*, XXIX:129-151. Lisboa.
- ____ (1986) Ser, estar, fazer, andar no português trecentista. *Arquivo do Centro Cultural Português*, XIII:31-47. Paris - Lisboa.
- ____ (1987) Ter ou haver em estruturas de posse: variação e mudança do português arcaico. (a sair em *Miscelânea em homenagem a C. F. da Cunha*, Rio de Janeiro).
- ____ (1989) *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa, IN-CM.
- ____ (1991a) *O português arcaico; fonologia*. S. Paulo, Contexto (Coleção Repensando a língua portuguesa).
- ____ (1991b) Caminhos de mudanças sintático-semânticas no português arcaico. *Cadernos de estudos lingüísticos*, 20:59-74, Campinas, IEL.
- ____ (1992) *Morfologia e sintaxe do português arcaico*. S. Paulo, Contexto (a sair).
- MATTOSO CÂMARA, J. (1975) *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio, Padrão.
- NARO, A. J. e M. LEMLE (1977) Syntatic diffusion. *Ciência e Cultura*, 29(3):259-268.
- OLINDA, S. R. (1991) "Pois" e "ca": mudanças semânticas e sintáticas no português arcaico. Dissertação de Mestrado, CML - UFBA. Mimeo.
- PÁDUA, M.P. de (1960) *A Ordem das Palavras no Português Arcaico; frases de verbo transitivo*. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- PIEL, J. M. (1989) *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PEREIRA, S. B. (1964) *Vocabulário da "Carta" de Pero Vaz de Caminha*. Rio, INL.
- RIBEIRO, I. (1992a) Evidences for a V2 phase in Old Portuguese (a sair in ABATTYE e I. ROBERTS. *Language change and verbal systems*. N. York, Oxford.
- ____ (1992b) A sintaxe da ordem na "Carta de Pero Vaz de Caminha". *Estudos lingüísticos e literários*, 13. Salvador, UFBA (a sair no 2º semestre).
- RUSSO, H. S. (1942) *Morphology and syntax of the 'Leal Conselheiro'*. Philadelphia.
- SAID ALI, M. (1964) *Gramática histórica da língua portuguesa*. S. Paulo, Melhoramentos.

- SEPÚLVEDA NETTO, M. S. (1989) "Ser"/"estar": um estudo de variação e mudança em curso no português antigo. Dissertação de Mestrado, CML - UFBA. Mimeo.
- _____. (1992) "Ser"/"estar" em 1500. Estudos SILVA NETO, S. (1952) História da língua portuguesa. Rio, Livros de Portugal.
- _____. *Linguísticos e Literários*, 13. Salvador, UFBA (a sair no 2º semestre).
- TARALLO, F. (1990) *Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. S. Paulo, Ática (Série Básica Universitária).
- TEYSSIER, P. (1981) Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XVI^e siècles. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 6:5-39. Paris.
- _____. (1982) *História da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa.
- VASCONCELOS, C. M. de (1956) *Lições de filologia portuguesa* (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13). Lisboa, Revista de Portugal.
- VASCONCELOS, J. L. de (1959) *Lições de filologia portuguesa*. Rio, Livros de Portugal.

CNPq Proc. 300004/90